



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Tel.: (16) 3607 – 4000 | (16) 3607-4035

Avenida Jerônimo Gonçalves, 1200, Centro, Ribeirão Preto/SP, CEP 14010-907

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº

17

Ref.:

Projeto de Resolução nº 04/2019

Autoria:

Orlando Pesoti

Ementa:

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE NO DIA 28 DE MARÇO DE 2019, EM HOMENAGEM AO DIA MUNICIPAL DO TERCEIRO SETOR (ONG'S).

### RELATÓRIO

A propositura em apreciação, de lavra do Nobre Vereador Orlando Pesoti, merece ser aprovada por esta Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, pelas razões doravante apresentadas.

Trata-se de Projeto de Resolução que tem por finalidade a realização de Sessão Solene no dia 28 de março de 2019, em homenagem ao Dia Municipal do Terceiro Setor (ONG's).

### VOTO DO RELATOR

A competência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação está prevista no art. 72 e seguintes do Regimento Interno da CMRP (Resolução nº 174/2015), de forma que CCJ analisa a matéria sob o aspecto da constitucionalidade, legalidade e regularidade, assim como em relação às responsabilidades que poderiam acarretar ao erário municipal.

Denota-se pela análise do projeto que a presente propositura se refere a questões "*interna corporis*" da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, sendo matéria de legislação interna.

Neste sentido, o art. 114 do Regimento Interno desta Casa de Leis (Resolução nº 174/2015) preceitua que as resoluções se destinam "*a regular as matérias de caráter político ou administrativo, relativas a assuntos de economia interna da Câmara*".



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Tel.: (16) 3607 – 4000 | (16) 3607-4035

Avenida Jerônimo Gonçalves, 1200, Centro, Ribeirão Preto/SP, CEP 14010-907

Logo, o projeto em análise trata-se tão somente de realização de Sessão Solene, razão pela qual não se vislumbra qualquer violação a legislação vigente.

Assim, após exaustiva análise do projeto em comento, verifica-se que não há nenhum impedimento legal.

Desta forma, não se verifica óbice no trâmite parlamentar e nem quanto às demais questões, pois seu teor encontra-se dentro das normas legais pertinentes.

Destarte, após análise e discussão da propositura, nos termos do Regimento Interno, opino pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **REGULARIDADE** da presente propositura, encaminhando pela sua **APROVAÇÃO** e aguardando a votação pelo Egrégio Plenário.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2019.

**ISAAC ANTUNES**  
*Presidente / Relator*

“Pelas Conclusões”, de acordo com os encaminhamentos do Relator:

**MAURÍCIO VILA ABRANCHES**  
*Vice-Présidente*

**MARINHO SAMPAIO**  
*Membro*

**DADINHO**  
*Membro*

**MAURÍCIO GASPARINI**  
*Membro*